

# POLÍTICA E TRADUÇÃO: A prática curricular nas Salas de Apoio Pedagógico

*Policy and Translation: Curricular Practice in Pedagogical Support Rooms*

*Silva Rosa de Oliveira<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo faz uma abordagem da política educacional organizada por ciclos, desenvolvida em escolas estaduais do município de Cuiabá-MT. O objetivo é compreender quais as traduções, recriações e ressignificações das políticas curriculares estão sendo construídos no interior das escolas por meio das práticas dos professores. A metodologia da investigação é de caráter qualitativo descritivo, sendo os dados analisados a partir das abordagens do ciclo de política de Stephen Ball (1992). Os resultados obtidos apontam para a necessidade de reconhecer as traduções que os profissionais na escola exercem sobre o currículo durante processo de definição da política de ciclos no sistema educacional de Mato Grosso.

**Palavras-chave:** Política; Tradução; Currículo; Ciclos.

**Abstract:** This article takes an approach to educational policy organized by cycles, developed in state schools in the city of Cuiabá-MT. The objective is to understand which translations, recreations and resignifications of curricular policies are being constructed within schools through the practices of these teachers. The research methodology is qualitative and descriptive, with data being analyzed based on Stephen Ball's (1992) policy cycle approaches. The results obtained point to the need to recognize the translations that school professionals exert on the curriculum during the process of defining the cycle policy in the educational system of Mato Grosso.

<sup>1</sup>Pedagoga. Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá-SME/Cuiabá.  
E-mail: oliveira.silvarosa@gmail.com

**Keywords:** Policy; Translation; Curriculum; Cycles.

## INTRODUÇÃO

Para analisar e discutir as práticas curriculares desenvolvidas no interior das escolas estaduais no Município de Cuiabá-MT, através dos profissionais que atuam neste contexto, é preciso compreender a proposta de política curricular que se processa no Estado de Mato Grosso. A autora Menegão (2008) expõe em seu texto que o governo do Estado de Mato Grosso implantou na Rede Estadual de Ensino, o Ciclo de Alfabetização (CBA) na década de 90, considerado na época, uma estratégia política pedagógica de caráter democrático para combater o fracasso escolar identificado nas escolas naquele período e a garantia da aprendizagem

Com os resultados positivos apresentados com esta forma de organização curricular a Secretaria Estadual de Educação buscou ampliar o Programa para o Ciclo de Formação, ou seja, o Ensino Fundamental ampliando para nove anos correspondendo a três ciclos que é composto de três anos cada um.

A proposta curricular de organização escolar por ciclos tem como uma de suas finalidades a extinção das ideias e práticas de reprovação no Ensino Fundamental. Partilha desta visão pesquisador como Mainardes (2009) que aponta a reprovação como prejudicial à aprendizagem dos alunos e a continuidade dos estudos.

Nesta perspectiva, o presente estudo tem por finalidade destacar a prática curricular de professores articuladores, realizada no 1º Ciclo em Escolas Estaduais do Município de Cuiabá.

A prática pedagógica do Professor Articulador é desenvolver suas atividades docentes com alunos do ciclo, no sentido de atendê-los especificamente nas necessidades de aprendizagens que estejam

dificultando o avanço no seu processo de desenvolvimento humano e escolar.

O termo necessidade, neste estudo tem seu significado na palavra *necessário*, que no dicionário Aurélio de Língua Portuguesa significa indispensável, imprescindível. Desta forma, o termo *necessidade de aprendizagens* é neste estudo compreendido como aquelas aprendizagens ainda não construídas pelo aluno, mas que são indispensáveis, imprescindíveis para aquisição de novos conhecimentos que a escola deve propiciar no seu processo de formação escolar – de escolarização.

A concepção pedagógica presente no trabalho do Professor Articulador é a de que, ao atender imediatamente o aluno nas necessidades de aprendizagens apresentadas, o mesmo não irá processualmente acumular dificuldades/necessidades, mas pelo contrário, o seu percurso de aprendizagens cumulativas e relacional sejam facilitado. A perspectiva é investir no sucesso do aluno oferecendo mais um professor que articule o trabalho pedagógico do professor regente com o processo de aprendizagem do aluno nos momentos de maiores dificuldades para ambos, nesse movimento pedagógico-curricular que estão realizando juntos.

O compromisso social da escola é com a escolarização de qualidade de todos os alunos e não, com a naturalização da sua retenção, reprovação ou abandono dos estudos.

De acordo com o documento oficial Proposta Escola Ciclada de Mato Grosso (2001), o Professor Articulador está inserido no quadro de funcionários, como membro do coletivo do ciclo de formação humana que trabalha com grupos de alunos que apresentam necessidades de aprendizagens e de um planejamento consistente e adequado.

Ainda de acordo com o documento, este professor articulador não possui turma fixa, no entanto, não se trata apenas de um substituto, e sim de um professor que trabalha com grupos de alunos, oriundos das fases dos ciclos e da superação (alunos fora da idade/ciclo), e que, de acordo com suas necessidades atuam como um apoio pedagógico. Desta forma o estudo analisa a prática curricular dos professores articuladores, que neste contexto é fundamental para a sustentação desta proposta curricular.

Desta forma há de se compreender a política curricular desenvolvida por estes professores identificando as traduções, recriações e reinterpretções da política original construídas durante sua prática pedagógica.

A metodologia é de caráter qualitativo descritivo tendo como bases de análises a abordagem ao ciclo de políticas de Ball (1992) e colaboradores que refletem sobre os diferentes contextos das políticas educacionais.

A ênfase foi dada na análise das práticas curriculares dos Professores Articuladores da Rede Estadual de Educação, em 02(duas) unidades educacionais do Município de Cuiabá-MT, com a perspectiva de conhecer diferentes práticas por meio de diversas traduções e ressignificações curriculares exercidas por estes profissionais, visando assim na medida do possível obter uma visão das especificidades das funções exercidos no contexto local.

## **1. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

As políticas educacionais e suas abordagens apresentada nos estudos de Stephen Ball (2006; 2001) acontecem em cinco contextos, que o autor denomina de ciclo de políticas, assim definidos: contexto de

influência; contexto de produção de texto; contexto da prática; contexto dos resultados/efeitos e o contexto da estratégia política (Ball, 2006).

A política e as diferentes práticas curriculares no interior da escola são definidas por meio de ações dos diferentes profissionais que nela atuam. Portanto, dentre os contextos apresentados, o da prática será analisado com maior atenção para compreender a ação dos Professores Articuladores no exercício de sua profissão, ressaltando o seu poder de interpretação e recriação da política proposta.

Segundo este autor o contexto da prática é onde as políticas estão sujeitas a recriação e também a produção de efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Por isso os profissionais quando atuam neste contexto trazem consigo experiências e valores que vão influenciar suas práticas.

Para compreensão das práticas curriculares na sala de apoio pedagógico, a noção de currículo está pautado nos estudos das autoras Lopes e Macedo (2011):

Assim como as tradições que definem o que é currículo, o currículo é ele mesmo, uma prática discursiva. Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentido. Ele constrói a realidade, nos governa, constrange nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos. (Lopes & Macedo, 2011, p.41)

Com base nesta definição o currículo deve ser visto como um projeto de formação constituído de atitudes e valores tomados no contexto social, desta forma requer que uma análise crítica das políticas tanto no macrossistema (sistema educativo) quanto a desenvolvida pelos profissionais no microssistema (escola).

[...] há que se rever, compreender e criticar essa forma de política curricular embasada na centralidade do macrosistema educacional, ou melhor, ressignificá-los na perspectiva de não aceitar que o currículo seja a expressão de uma única lógica política. A recentralização da política de currículo na lógica dos contextos escolares aponta para a estratégia de complementaridade entre o central e o local. (Fernandes, 2007, P.154)

A autora destaca a necessidade da compreensão do currículo em sua totalidade e especificidades, apontando os profissionais da educação como sendo também responsáveis, de certa forma pela construção da política de currículo, quando estão desenvolvendo suas práticas no âmbito local, que é a escola.

## **2. A PRÁTICA DOS PROFESSORES ARTICULADORES**

Para este estudo foram utilizados como instrumentos de levantamento de dados: o *questionário*, *análise documental* e *observações* em sala de aula com o intuito de identificar nos contextos de influências, de produção de texto e nos contextos das práticas, os processos interpretativos da política de currículo no papel político-pedagógico desempenhado pelos sujeitos da investigação. As informações coletadas foram organizadas e analisadas a partir de eixos de temáticos definidos por meio dos dados evidenciados na coleta.

Os participantes da pesquisa foram compostos por 2 (dois) Professores Articuladores do 1º Ciclo de 2 (duas) de escolas estaduais da área urbana abrangidas pelo Centro de Formação e Atualização de Professores - CEFAPRO no município de Cuiabá - MT.

Com o intuito de facilitar a compreensão do estudo e análise dos dados coletados às escolas pesquisadas foram nomeadas por E1 (Escola 1) e E2 (Escola 2) e os Professores Articuladores do 1º Ciclo, em número

de dois, sendo um por escola, foram nomeados como PAE1 (Professor Articulador Escola 1) e PAE2 (Professor Articulador Escola 2).

Os eixos temáticos analisados foram: *Conhecimentos definidos pela Escola, Avaliações das Aprendizagens, Necessidades de Aprendizagens, Definição do encaminhamento para o Apoio Pedagógico e Definição do Plano de Apoio.*

Os *conhecimentos definidos pela escola* para serem desenvolvidos no 1º Ciclo foram: O Coordenador Pedagógico e o Diretor da E1 responderam que levam em consideração os conhecimentos prévios dos alunos e os conhecimentos básicos. O Coordenador Pedagógico e o Diretor da E2 afirmaram que não definiu os conhecimentos a serem desenvolvidos pelos alunos no 1º Ciclo.

No entanto ambas mostram preocupações em definir os conhecimentos a serem adquiridos pelos alunos a partir da realidade em que estão inseridas como previsto pelo documento oficial que propõe para o 1º Ciclo tratar as áreas de conhecimentos na dimensão globalizada, partindo de situações reais e concretas.

A *avaliação da Aprendizagem* foi apresentada tanto pelo Coordenador Pedagógico e o Diretor da E1 quanto pelo Coordenador Pedagógico e o Diretor da E2 com função somativa, contínua, formativa e processual. As estratégias de avaliação são relatórios descritivos, caderno de campo, trabalhos individuais entre outros.

De acordo com as escolas pesquisadas as *finalidades das avaliações das aprendizagens* são observar e mediar os processos de aprendizagem para o professor fazer as intervenções pedagógicas. E ainda, identificar no processo de aprendizagem os avanços e dificuldades dos alunos no contexto das fases do desenvolvimento humano em suas características psicossocial, cultural e histórico

possibilitando ao aluno continuar o processo formativo em um *continuum* de ciclo para ciclo, sem interrupção ano a ano.

Esses dados trazem evidências no que dizem respeito às avaliações das aprendizagens dos alunos, que as escolas têm apresentado uma postura emancipatória, quando cria critérios para a função e finalidades das suas avaliações, postura estas que devem ser mantidas na organização escolar por ciclos.

Ao se referir *as necessidades de aprendizagens apresentadas pelos alunos para o encaminhamento à sala de apoio* o Coordenador Pedagógico e o Diretor da E1 apresenta o fato desses alunos da 3ª etapa não terem sido alfabetizados e com dificuldades de leitura, de escrita e compreensão de palavras e frases, além de não dominarem as operações básicas de adição e subtração.

O PAE1 no questionário específico diz *“o foco da aula de articulação é a dificuldade na leitura, na escrita e interpretação”*. Argumenta o Professor Articulador para justificar as necessidades apresentadas pelos alunos que resultou em seu encaminhamento à sala de apoio.

O coordenador pedagógico e diretor da E2 indicam como necessidade de aprendizagem apresentada pelos alunos as necessidades de leituras, compreensão de textos, ortografias e deficiência de vocabulários. É importante ressaltar que nesta escola o professor articulador atende nesta sala de apoio alunos das três etapas do 1º ciclo.

Nenhum dos articuladores ao responderem esta questão não especificou os níveis de dificuldades dos alunos nos aspectos apresentados, dificultando uma análise mais profunda sobre as compreensões que têm dos mesmos nos processos de aprendizagem dos alunos.



Em relação ao *momento em que definem a ida do aluno para a sala de apoio*, os coordenadores pedagógicos e diretores das 02(duas) Escolas afirmaram no questionário que é logo que o aluno apresenta alguma dificuldade/necessidade de aprendizagem, ou quando o mesmo possui um Plano de Apoio Pedagógico de um ciclo para o outro.

Ressalto que a necessidade de aprendizagem como já foi mencionada neste estudo é apontado pelos Professores Articuladores das duas escolas voltadas às questões da leitura e da escrita.

A E1 ainda ressalta que a decisão de encaminhar o aluno para a sala de apoio se dá quando o Professor Regente esgota todas as possibilidades de intervenção pedagógica. É importante destacar que somente esta definição é proposta pelo documento oficial da organização da escola por ciclos, ou seja, "o aluno só será encaminhado à sala de apoio quando o professor regente esgotar todas as possibilidades de resolver as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno". (Mato Grosso, 2001)

E por fim quanto a *definição do plano de apoio à escola PAE2* apresenta que o Professor Articulador estuda coletivamente as dificuldades de aprendizagens apresentadas pelos alunos. Em seguida estabelece estratégia didática diferenciada para motivá-los e posteriormente define o Plano de Apoio individualmente de acordo com o dado obtido do questionário específico.

O PAE1 respondeu que estabelece estratégia didática diferenciada para motivar os alunos e que o coordenador pedagógico acompanha a elaboração e o desenvolvimento do plano de apoio.

Neste estudo de acordo com as práticas dos Professores Articuladores no 1º ciclo podemos dizer que as escolas vêm aderindo a política de ciclos proposta pelo macrossistema, conforme suas formas de

lidar com os desafios apresentados no cotidiano escolar, frutos de suas interpretações e crenças.

[...] O contexto da prática por sua vez, é influenciado por múltiplos fatores, tais como: a infraestrutura disponível, condições objetivas de trabalho dos professores e demais profissionais da educação, a gestão da escola, característica da comunidade escolar, concepções dos profissionais da educação e nível de domínio de conhecimento que a equipe da escola como um todo possui sobre os ciclos. (Mainardes, 2009 P.18)

De acordo com Mainardes, essas questões específicas de cada escola, não devem ser generalizadas em relação às recriações e resultados obtidos. Por isso entendemos que estas escolas estudadas devem ser orientadas pela SEDUC no sentido de potencializá-las nas condições para poderem autonomamente conduzir os seus processos de organização dos ciclos. Nesse sentido, compartilhando com Ball (1992) reafirmamos a necessidade de reconhecer o papel de ressignificação que os profissionais na escola e na SEDUC exercem no processo de definição da política de ciclos no sistema educacional de Mato Grosso.

## **CONCLUSÃO**

A qualidade de ensino tem sido motivo de grandes desafios para os pesquisadores na área da Educação. A proposta de organização escolar por Ciclos tem sido uma estratégia para promover a qualidade do ensino almejada. No entanto para que de fato seja efetivada se torna necessário que todos os profissionais da educação trabalhem juntos como é proposto por este modelo de organização escolar.

O Professor Articulador e suas práticas curriculares desenvolvidas junto aos seus alunos, não devem ser encarados como um trabalho

isolado no contexto escolar. Se faz necessário compreender suas ações dentro do processo de escolarização desenvolvido pela escola.

Neste estudo o enfoque voltado para as práticas deste profissional tornou-se relevante neste estudo para compreender como tem sido desenvolvida a política de ciclo, que tem em uma de suas sustentações a não reprovação, que não tem relação com não aprendizagem.

A significância do trabalho deste profissional se dá na prática curricular que desenvolve, apoiando o aluno pedagogicamente em todos os momentos que encontrar necessidades de aprendizagem, promovendo intervenções e estratégias didáticas que garantam a aprendizagem que necessitam para a continuidade nos estudos.

A relevância da pesquisa pautou-se em compreender as práticas exercidas na escola e os processos interpretativos da política de currículo no microsistema. A investigação revelou que a política de ciclo presente na atuação dos Professores Articuladores sofre interpretações e recriações do proposto pelo documento oficial, como discutido durante as análises.

Apesar de haver um avanços significativos das pesquisas sobre ciclos, consideramos que o estudo aqui apresentado pode ser mais uma contribuição, no entanto, se ampliada para outras escolas poderá trazer outras informações e até reafirmar alguns dados encontrados.

## REFERÊNCIAS

BALL, S. J., (1992). The policy processes and the processes of policy. In: BOWE, R., BALL, S., GOLD, A. (org.) **Reforming education & changing school: case studies in policy sociology**. Londres Nova Iorque: Routledge. p.6-23.

FERNANDES, J. E. **Formação continuada e inovação curricular**. Proximidades e diferenças na formação do professor. In: MONTEIRO, F.M.

A. e MULLER, M. L. R. (orgs.) Educação Como Espaço da Cultura. Cuiabá. EdUFMT,2006.

LOPES, A. C. & MACEDO, E. F. **Teorias de Currículo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011. V. 1. 279 p.

MAINARDES, J. **Escola em ciclos: fundamentos e debates**. São Paulo: Cortez, 2009.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. **Escola ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar a aprender a sentir, ser e fazer**. Cuiabá. Seduc. 2001-2ª Edição.

MENEGÃO, R. de C. S.G.**A Alfabetização no Currículo da escola organizada por ciclos no sistema estadual de educação**. DIE.215p. Cuiabá. MT.2008.

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

OLIVEIRA, S. R. de. Política e tradução: A prática curricular nas Salas de Apoio Pedagógico. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem**, Pouso Alegre/MG, ano 9, nº 21, jul-dez/2024, p. 91-102.